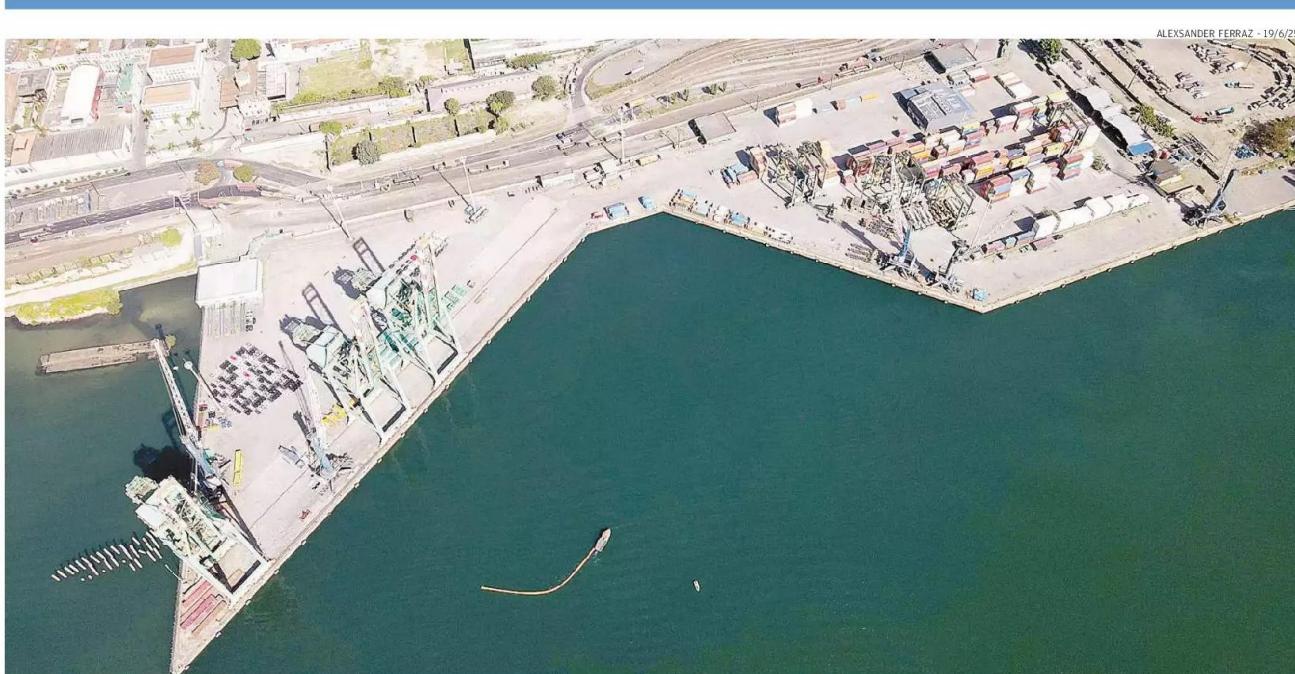


PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com



Tecon Santos 10, a ser instalado no cais do Saboó, exigirá investimentos de R\$ 6,4 bilhões e deve ampliar em 50% a movimentação de contêineres do Porto, segundo o Governo

MPor não acredita que Justiça vai barrar leilão de megaterminal

Secretário nacional de Portos, Alex Ávila diz que nenhum certame do setor foi suspenso por disputa judicial

MAURÍCIO MARTINS

DA REDAÇÃO

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) não acredita que eventuais ações judiciais irão barrar o leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos. A última estimativa do MPor é que o certame seja realizado em março de 2026.

Segundo o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, apesar da expectativa de que empresas impedidas de participar busquem o Judiciário, não há histórico no setor de licitações de terminais que tenham sido inviabilizadas por disputas na Justiça.

"Agora a pauta é se temos ou não processos judiciais que vão travar o processo de se fazer a licitação", afirmou Ávila. Para ele, a judicialização é um instrumento previsto e disponível aos agentes econômicos. "Isso é parte do jogo, é uma ferramenta que está à disposição e, obviamente, quem se sentir de alguma forma

preterido, tem todo o direito de fazer uso", disse. Ainda assim, o secretário ressaltou que o histórico do setor é favorável à continuidade dos certames. "Esses leilões têm muita demanda judicial, mas a gente consegue dar o devido tratamento e até hoje não tivemos nenhum leilão que deixou de ocorrer por conta de uma demanda judicial", afirmou.

Ele reconheceu, porém, que o caso do Tecon Santos 10 tem dimensão inédita. "Obviamente que o Tecon Santos 10 é diferente de tudo que a gente já fez. É

o maior terminal fruto de um leilão, de uma concessão em um porto público", acrescentou.

RESTRICOES

A declaração do secretário ocorre em um momento em que as regras do leilão do megaterminal passaram a ocupar o centro das discussões no setor. O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu, no último dia 8, o julgamento do processo e definiu que o leilão será realizado em duas fases, com vedação de participação de todos os armadores (grupos donos de navios) na primeira, além de empresas que

já possuem terminais de contêineres no Porto de Santos. Essas companhias só poderiam concorrer em uma eventual segunda etapa, se a primeira não tiver interessados.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) também havia proposto um modelo em duas fases, mas com restrição apenas de quem já atua no setor dentro do cais santista. Essa restrição maior, imposta pelo TCU e acolhida totalmente pelo MPor, reforçou a percepção de que o edital poderá ser alvo de disputas judiciais por interessados, hipótese minimizada pelo Ministério.

JÁ QUERIA

Antes do julgamento do TCU, o Governo Federal já trabalhava com a perspectiva de incorporar restrições no edital como forma de reduzir riscos concorrentiais e ampliar a segurança jurídica do certame, diante das controvérsias levantadas no mercado sobre concentração e efeitos competitivos no

Porto de Santos.

Ávila afirmou que, do ponto de vista do governo, a prioridade sempre foi viabilizar a licitação e avançar com o projeto. "Nosso grande objetivo sempre foi, desde o começo, fazer o leilão. Tivemos ali uma tomada de decisão, uma deliberação, agora temos um programa para avançar", disse.

Segundo ele, a meta é manter o cronograma. "Nós devemos ainda avançar de tal maneira que em março teremos o leilão ocorrendo na B3 (Bolsa de Valores). E a gente está com todo o empenho, toda a energia da equipe do Ministério para fazer isso acontecer".

O secretário nacional de Portos reforçou que o projeto é estratégico não apenas para Santos, mas para o País. Na avaliação dele, o Tecon Santos 10 é um salto de escala para a logística nacional. "O que ele representa é tão gigantesco quanto o seu tamanho perante o Porto".